

Cobertura Jornalística do golpe de 1964: os jornais Diário de Bauru e Correio da Noroeste¹

Marina de Mello Fontanelli²

Célio José Losnak³

Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

Resumo

Este artigo propõe a problematização da cobertura jornalística do golpe de 1964, centrados nos primeiros meses do ano, dos dois principais jornais da época, Diário de Bauru e Correio da Noroeste, do município de Bauru, interior do estado de São Paulo. Para a realização da análise, torna-se primordial compreender a relação Imprensa e Estado no Brasil e a influência de um sobre o outro nos rumos da história política do país. A contextualização do enredo político da época é outro aspecto relevante para a compreensão do posicionamento adotado pelos periódicos analisados, bem como a comparação com a atuação de alguns jornais da grande imprensa. Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de iniciação científica homônima que ainda está em desenvolvimento.

Palavras-chave: história da imprensa; jornalismo; política; ditadura militar.

Imprensa e Estado

Para compreender a atuação da imprensa da cidade de Bauru na cobertura do golpe militar em 1964 há que se considerar, primeiramente, os estudos referentes à relação entre imprensa e Estado. Smith (2000), em sua pesquisa sobre a censura imposta pelo governo à imprensa durante a ditadura militar, analisou a relação entre a imprensa e o Estado desde o surgimento do primeiro jornal brasileiro. A autora defende que, no Brasil, ambos tiveram sempre um relacionamento intimamente entrelaçado, embora nunca tenham tido poderes comparáveis. Smith (2000) também considera que, nesse país, a imprensa nunca teve, efetivamente, uma idade de ouro na qual sua atuação tivesse total autonomia do Estado.

A influência do Estado na imprensa é, na análise de Smith (2000), mais um reflexo do papel do Estado na sociedade brasileira. A autora evidencia que o Estado, no Brasil, exerce elevado grau de interferência em quase todas as áreas do desenvolvimento econômico da nação, sua organização social, estrutura política e até práticas culturais.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, Intercom Júnior – VIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Comunicação Social – com habilitação em Jornalismo da FAAC - Unesp, email: marina.fontanelli@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social – com habilitação em Jornalismo da FAAC - Unesp, email: losnak@faac.unesp.br

As historiadoras Martins e Luca (2008), que compilaram estudos sobre a história da imprensa no Brasil, em livro homônimo afirmam que “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, [...] alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel.” (MARTINS e LUCA, 2008, p.8). Para as autoras, muitas vezes, na política, na imprensa e nas instituições, os personagens são exatamente os mesmos ou, no mínimo, bastante próximos.

A imprensa no Brasil tem sido, às vezes, uma aliada do Estado e, em outras ocasiões, uma opositora. Por vezes, a imprensa serviu como instrumento do Estado e, em outras, exerceu forte pressão sobre governos e até derrubou alguns. Entretanto, a atuação de oposição não abarca a maioria.

Como demonstração do entrelaçamento entre imprensa e Estado, a compilação de Martins e Luca (2008) relata experiências de relações de força, de apoio e de oposição e, como exemplos, citamos: o jornal *Última Hora* no início da década de 1950, defensor do governo de Getúlio Vargas (1951-1954); negociações envolvendo a troca entre a publicação de notícias e cargos políticos, prática corriqueira do dono dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand; a pressão da imprensa para saída do presidente Getúlio Vargas em 1954, encabeçada pelo jornalista e proprietário da *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda, e que culminou com o suicídio do então presidente.

Os estudos referentes à relação entre imprensa e Estado auxiliam na compreensão da forte influência de dupla via e são de extrema importância como embasamento teórico e histórico para se realizar uma análise da cobertura jornalística do golpe civil-militar de 1964.

O golpe civil-militar e a grande imprensa

O ano de 1964 está inserido no auge da Guerra Fria, período no qual o mundo estava dividido conceitualmente em três: o primeiro mundo dos países capitalistas, o segundo, dos países socialistas e o terceiro, composto pela África e pela América Latina, palcos de disputas dos “dois primeiros mundos” que buscavam por áreas de influências.

Alves (2005), em sua pesquisa sobre a relação entre o Estado e a oposição durante a ditadura militar no Brasil, apresenta a teoria do General Golbery Couto e Silva que foi considerada influente entre os golpistas. Em seus textos, o general advertia que num clima de guerra total e permanente não havia lugar para neutralidade. Evidenciando sua escolha que influenciou o curso da História do Brasil, Couto e Silva concluiu em sua teoria que “em

vista de sua posição geográfica, o continente latino-americano está claramente comprometido com o campo dos Estados Unidos, permanecendo inevitavelmente em sua esfera de influência e controle.” (COUTO E SILVA, 1981, p.95-138 apud ALVES, 2005, p.55).

Ainda para o militar, essa escolha seria como o “destino manifesto” dos países latino-americanos, que estariam impelidos a se juntarem aos Estados Unidos na defesa do Ocidente contra a ameaça e expansão comunista.

Com base nessa decisão, no dia 1º de abril de 1964 os militares concretizaram o golpe de Estado que derrubou o governo do Presidente João Goulart e instituiu o regime militar, o qual para Alves (2005) foi baseado na doutrina da guerra – ensinada pelos americanos para combater o chamado “inimigo interno” que poderia ser comunista. Recentemente, documentos tornados públicos comprovam que o governo norte-americano agiu, através da CIA, em cooperação com militares e civis no preparo e na realização de estratégias para desestabilizar o governo do Presidente João Goulart. (ALVES, 2005).

Nesse sentido, o golpe além de militar foi também civil, pois contou com o apoio de vários setores da sociedade brasileira que acreditavam que a deposição de João Goulart era necessária em nome da “segurança nacional”, justificativa que foi concretizada pelo novo regime através da Doutrina de Segurança Nacional.

Contudo, a tomada de poder se deu por fatores ideológicos, políticos e também econômicos. Alves (2005) pontua que o governo de João Goulart promovera uma série de restrições aos investimentos multinacionais, o que desagradava os setores dominantes ligados ao capital estrangeiro. O governo de Goulart propunha medidas que almejavam mudanças mais profundas no sistema, como as “reformas de base”, dentre as quais se encontrava a reforma agrária, que contrariava os interesses dos grandes proprietários de terras e dos defensores da propriedade privada. Por essas e outras medidas, o posicionamento do então presidente era visto como comunista e consistia numa ameaça ao pleno desenvolvimento do modelo capitalista.

A imprensa participou ativamente desse processo. Para Smith (2000), a imprensa foi um catalisador do golpe. Segundo a autora, algumas publicações tinham conhecimento da conspiração e outras contribuíram voluntariamente ou não para a rejeição pública de Goulart. Representando diversas instituições, a classe média e a burguesia, “[...] a grande imprensa se opunha às mobilizações de massa de Goulart e suas pretendidas ‘reformas de base’[...]” (SMITH, 2000, p.29).

A clássica pesquisa de Nelson Sodré (1999) sobre a história da imprensa no Brasil já mencionava a atuação da imprensa no golpe:

Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda grande imprensa articulada em coro participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão (SODRÉ, 1999, p. 410).

Como exemplo, o estudo de Aquino (1999) sobre a censura política na época da ditadura militar aos impressos *O Estado de S. Paulo* e *Movimento* comprova a aversão do primeiro ao governo de João Goulart e seu total apoio ao golpe militar. A pesquisa da historiadora traz, inclusive, depoimentos de um dos proprietários do *O Estado de S. Paulo*, Ruy Mesquita, afirmando que membros da família participavam de reuniões semanais entre civis e militares nas quais discutiam o que iriam fazer para resistir ao possível golpe de Goulart, demonstrando o intrínseco envolvimento do jornal na desestabilização do governo e evidenciando o papel da sociedade civil e da imprensa no golpe.

Em sua análise, Aquino (1999) também revela que após a edição do Ato Institucional número cinco, o AI-5, que decretou o cerceamento da liberdade de imprensa e a suspensão do congresso nacional, *O Estado de S. Paulo* alterou definitivamente seu posicionamento, atuando como resistência. A mudança foi coerente para um jornal no qual seus proprietários sempre se declararam como liberais convictos. Na visão dos proprietários, tanto o governo de João de Goulart como o AI-5 foram considerados como abusos de poder por parte dos governantes, infringindo os parâmetros de uma democracia liberal (AQUINO, 1999).

Outro exemplo da atuação da grande imprensa no golpe foi o impresso *Correio da Manhã* da cidade do Rio de Janeiro. O *Correio* era um jornal tradicional do Rio e moveu forte campanha contra o governo de João Goulart. Em primeira página, o jornal publicou editoriais intitulados “Basta” e “Fora” que “vieram a simbolizar a rejeição da imprensa burguesa a qualquer modalidade de democracia que trouxesse em seu bojo reformas socioecon micas concretas” (SMITH, 2000, p. 29).

O *Correio da Manhã*, entretanto, não se posicionava a favor de um regime militar e, logo após o golpe, criticou os excessos de violência do governo com um editorial intitulado ironicamente “Basta e fora!”. O jornal, por postura insistentemente contrária a repressão de o governo militar, foi fechado em 1969 (SMITH, 2000).

Os exemplos d’*O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* refletem o posicionamento de muitos outros grandes per dicos que circulavam nas principais cidades

brasileiras. Ainda assim, um evento político dessa dimensão possui reações em todo país, não apenas nos impressos das grandes cidades, e o golpe foi apoiado em diversas localidades do interior do Brasil. Portanto, estudar o tema em Bauru é ajudar a iluminar e completar o quadro da atuação da imprensa no país e identificar os vínculos entre os pequenos veículos, e suas comunidades representadas pelas páginas impressas, e a política nacional e local.

A cidade de Bauru e a imprensa

Para a análise da cobertura da imprensa bauruense do golpe de Estado de 1964, faz-se necessário entender um pouco do histórico local, como a cidade se desenvolveu e a influência da imprensa local sobre esse desenvolvimento.

O município de Bauru foi fundado em 1896 e teve seu crescimento fortemente marcado pela presença das ferrovias no início do século XX. A expansão da produção cafeeira no sentido oeste do estado de São Paulo trouxe à Bauru as ferrovias: Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), em 1905; Estrada de Ferro Sorocabana, em 1905; e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1910. A chegada das linhas férreas, vista como a inserção de Bauru na modernidade, proporcionou a ocupação do “sertão desconhecido”. Entretanto, o estabelecimento da “civilização” foi a custo da dizimação dos índios Cainguanques que viviam na região. A derrota dos indígenas foi militar e simbólica em prol do “progresso” (LOSNAK, 2004).

Com a presença das ferrovias, Bauru se desenvolveu como ponto de conexão entre a “civilização” e o “sertão” e como ponto de chegada de milhares de passageiros. Essas características propiciaram acelerado desenvolvimento do setor terciário e do ambiente urbano. Desse modo, a cidade adquiriu alto índice de urbanização que teve vertiginoso crescimento, principalmente, entre 1934 e 1960. Em 1960, esse índice em Bauru era muito maior do que a média das cidades do interior.

A partir dos anos 50, as transformações no âmbito nacional referentes ao progresso econômico e a busca pela modernidade refletiam-se em Bauru. Nesse contexto, intensificaram-se processos como: crescimento urbano, difusão dos meios de comunicação, aumento no número de indústrias, aceleração do ritmo de vida, entre outros. Na década de 60, a rodovia já estava se estabelecendo na dinâmica da cidade e “buscava redimensionar as relações com o transporte rodoviário, compondo seu imaginário e sua identidade.” (LOSNAK, 2004, p.229).

Losnak (2004) analisa que o imaginário definidor de Bauru como uma metrópole instauradora da civilização no interior de São Paulo, propagou-se porque as relações urbanas predominavam sobre as rurais, fomentando uma base ideológica para fortalecimento das elites.

Assim, industrialização, progresso e modernidade foram ideários disseminados pela elite bauruense desde o início do século XX e que, na década de 60, estavam fortemente presentes. A aliança com o poder político era vista por essa elite como possibilidade de ampliação das atividades econômicas e continuidade da ordem política com a manutenção das estruturas de poder.

Nesse contexto, a imprensa de Bauru também contribuiu na legitimação desse modelo de desenvolvimento e na manutenção do poder da elite. Losnak (2004) avalia que nas décadas de 50 e 60, “a imprensa apresentava/construía uma cidade única, com agentes históricos limitados a um grupo social [...], negando a possibilidade de múltiplos atores, vozes, ações, significações e imaginários” (LOSNAK, 2004, p. 231).

A composição da imprensa da cidade por representações da elite é de grande relevância para o estudo, pois auxilia na compreensão do papel que a imprensa exercia na sociedade contribuindo para identificar o posicionamento político dos jornais.

Os jornais *Diário de Bauru* e *Correio da Noroeste* e o golpe civil-militar

O periódico objeto da pesquisa, o *Diário de Bauru*, foi criado por Nicola Avallone Jr. em 1946 e encerrou suas atividades em fevereiro de 2000, sendo o impresso de vida mais longa da cidade. De acordo com a pesquisa de Losnak (2004), Avallone Jr. exerceu também atividades no comércio, foi político de estilo populista, figura de destaque no cotidiano da população. Por essa postura do proprietário, o historiador alerta para a possibilidade de que Avallone Jr. tenha criado o jornal como instrumento de autopropaganda, abrindo um canal de difusão de suas ideias, com objetivos político-eleitorais.

Avallone Jr. exerceu extensa carreira política: em 1955, foi prefeito da cidade de Bauru pela coligação PTB-PRT-PTN (Partido Trabalhista Brasileiro – Partido Republicano Trabalhista – Partido Trabalhista Nacional); em 1959, foi eleito deputado estadual e reeleito no ano de 1962 pelo PTB. Com o fim do pluripartidarismo, filiou-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em 1965, partido pelo qual foi eleito mais uma vez deputado estadual no ano seguinte. Em 1968, perdeu as eleições para prefeitura de Bauru. Em dezembro desse

mesmo ano, o AI-5 decretou o fechamento da Assembleia Paulista que permaneceu inativa de fevereiro de 1969 até maio de 1970. Nesse mesmo mês, Avallone Jr. teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Nos anos 1982 e 1986 disputou as eleições para deputado estadual, porém em ambas logrou apenas a suplência. Para destacar, em 1964, período abordado pela pesquisa, Avallone Jr. cumpria seu segundo mandato como deputado estadual e era membro efetivo da Comissão de Finanças e suplente da Comissão de Economia.

Em pesquisa, pôde-se notar que o *Diário de Bauru*, no período de estudo, possuía entre oito e doze páginas que variavam de acordo com a quantidade de notícias e, principalmente, de anúncios que ocupavam grande parte do jornal. Algumas propagandas chegavam a ocupar páginas inteiras, por exemplo, os anúncios das empresas *Ford* e *Expresso de Prata* (companhia privada de transporte rodoviário de Bauru). O impresso trazia como diferencial a dedicação aos assuntos de entretenimento e cultura, mas a temática principal das notícias era o cotidiano da cidade, principalmente em suas páginas internas. Já, a primeira página era composta, quase em sua totalidade, por matérias que abordavam temas políticos tanto nacionais como estaduais e locais. No período analisado até o momento, de janeiro a abril de 1964, as manchetes eram, em sua maioria, sobre fatos do âmbito nacional.

Por meio da leitura do periódico, pode-se considerar que o impresso tentava no período pré-golpe não assumir um posicionamento explícito de apoio ou oposição ao governo de João Goulart. Há uma tendência, em algumas notícias ou colunas, a ser contrário ao comunismo e ao governo de Jango, ainda assim, o periódico dava, com frequência, destaque para as medidas do presidente e seus pronunciamentos.

No primeiro dia do ano de 1964, o *Diário de Bauru* trouxe em sua segunda página um artigo extenso do historiador da cidade vizinha de Dois Córregos, Anor Scatimburgo. De modo sentimental, Anor saudava o novo ano e fazia uma retrospectiva do ano que passou. Sobre a política, o autor afirmava:

A paisagem política de nossa pátria foi, no ano que se findou, uma desoladora anarquia moral e mental. A democracia brasileira esteve nesses 365 dias mergulhada de corpo inteiro na lama das aleivosias e do desforço pessoal. Alagado pela onda de corrupção foi o Brasil a vaca de leite dos políticos.⁴

Já no dia quatro de janeiro, a tensão de um golpe de Estado seja da situação ou da oposição era evidenciada, uma estratégia para colocar o golpe na agenda midiática. A

⁴ *Diário de Bauru* 01/01/1964.

manchete do jornal era a seguinte: “Esquerdistas ausentes do futuro Ministerio de JG!”. A matéria abordava o pronunciamento do General Assis Brasil no qual afirmou que uma reforma ministerial seria feita em breve e que os ministros militares não seriam retirados. O general também avisou:

O presidente da República concluiu que tem condições de segurança para impedir não só qualquer golpe contra seu governo como também a exequibilidade de atitudes hostis, assumidas eventualmente pelo congresso.⁵

Nos dias que se seguiram, algumas decisões do governo de Jango foram noticiadas pelo jornal como a proibição do aumento abusivo das anuidades escolares e a lei de remessa de lucros. No dia vinte e três de janeiro, o periódico trouxe como manchete principal a declaração do presidente da UDN (União Democrática Nacional), deputado Bilac Pinto, sobre as intenções do governo: “Presidente da UDN denuncia intenções golpistas de Jango!”⁶.

Notícias sobre a crise na Petrobrás foram destaques no jornal entre o final de janeiro e começo de fevereiro. No dia treze de fevereiro, a ameaça de um suposto golpe de Jango era novamente abordada, dessa vez, usando a declaração de Luiz Carlos Prestes. A manchete foi a seguinte: “Os comunistas ‘no poder’ embora não ‘no governo’”⁷. A matéria evidenciava o pânico causado por essa declaração aos empresários de todo o país e o temor desses de que o povo viesse se incorporar “à luta do líder vermelho”⁸. Ao término da matéria o jornal se posicionava: “As declarações de Prestes de que ‘estamos mesmo no poder, embora ainda não estejamos no governo’, são mesmo um triste prenuncio de que algo de mais concreto se tem tramado nos bastidores.”⁹.

No dia seguinte, catorze de fevereiro, a manchete foi o pronunciamento, veiculado pelo programa de rádio a Voz do Brasil, do chefe da Casa civil, Professor Darcy Ribeiro, rebatendo as acusações: “‘Jango conspira, mas beneficiando o povo’”¹⁰. O corpo da matéria trazia a resposta de Darcy Ribeiro ao deputado Bilac Pinto:

Uma verdadeira pandega, esses bacharéis udenistas! Quem, mais que eles, tem tentado impedir que se cumpra a vontade popular? Quem sacudiu a Nação por ocasião do falecimento de Vargas? Quem são os responsáveis pela criação do parlamentarismo que precisou ser lavado do país? Onde a (sic) perspectiva de golpe armado?¹¹.

⁵ Diário de Bauru 04/01/1964.

⁶ Diário de Bauru 23/01/1964.

⁷ Diário de Bauru 13/02/1964.

⁸ Diário de Bauru 13/02/1964.

⁹ Diário de Bauru 13/02/1964.

¹⁰ Diário de Bauru 14/02/1964.

¹¹ Diário de Bauru 14/02/1964.

E ainda, a resposta de Darcy Ribeiro as acusações de que Jango estaria conspirando um golpe de estado:

Dizem que o Presidente Jango está conspirando ou tentando conspirar. Conspira, sim, mas em favor do povo brasileiro, quando liquida com a maior máquina de desmoralização eleitoral – o IBAD¹². Conspira, sim, ao ceifar as garras dos exportadores de capitais para o estrangeiro – de capitais nossos – mediante a nova lei de remessa de lucros. Conspira sim, quando leva a cabo uma completa revisão do sistema de exploração de minas e lavras (...) ¹³.

No dia quinze de fevereiro, a manchete do periódico foi “Encontram ampla repercussão as declarações de Darcy Ribeiro”¹⁴. A matéria comentava a repercussão favorável que o pronunciamento do chefe da Casa Civil obteve entre a população.

O impresso continuou noticiando as medidas que estavam sendo tomadas pelo presidente da República e, no dia vinte de fevereiro, deu destaque ao pronunciamento de Jango no qual afirmava que 1964 seria um ano decisivo para as reformas de base que visavam assegurar a tranquilidade do nosso povo.

Na edição do dia cinco de março, a manchete foi “200 mil trabalhadores vão prestigiar comício de João Goulart”¹⁵ e, no mesmo dia, em suas página internas, o jornal trouxe a matéria de um evento que seria realizado na cidade de Bauru, com a visita do coronel Saldanha da Gama, no qual seriam exibidos quatro filmes inéditos sobre “a agressão comunista praticada contra os países atualmente escravizados pelo imperialismo soviético”¹⁶. A manchete dessa matéria era a declaração do Dr. Silvio Marques Junior, organizador do evento, “A comunização do Brasil se constituirá numa empresa difícil para os comunistas” ¹⁷.

No dia doze de março, o Diário de Bauru publicou uma entrevista com o vereador bauruense, Edson Gasparini, conhecido por apoiar o regime comunista. A manchete da entrevista foi a fala do vereador ““A legalização do Partido Comunista no Brasil é um imperativo de democracia”” ¹⁸. No dia catorze do mesmo mês, o impresso anunciou como manchete principal a declaração de João Goulart aos trabalhadores ““Estou certo das reações que nos esperam, mas lutarei contra a democracia do ódio”” ¹⁹.

¹² IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

¹³ Diário de Bauru 14/02/1964.

¹⁴ Diário de Bauru 15/02/1964.

¹⁵ Diário de Bauru 05/03/1964.

¹⁶ Diário de Bauru 05/03/1964.

¹⁷ Diário de Bauru 05/03/1964.

¹⁸ Diário de Bauru 12/03/1964.

¹⁹ Diário de Bauru 14/03/1964.

Nos dias em que sucederam o golpe militar, as informações não eram claras, não se sabia ao certo a dimensão do que estava se passando. Essa incerteza é evidenciada nas notícias do dia trinta de um de março, um e dois de abril. Na edição do dia trinta um de março, a manchete principal foi novamente uma fala do, até então, presidente da República ““Os que defendem a constituição agora são os mesmos que querem rasgá-la!””²⁰. Já no dia primeiro de abril, a manchete foi “Reina absoluta calma em todo o país”²¹. Ainda na capa, seguia uma notícia abordando o que estava se passando no Rio de Janeiro “Rio: cercado pelo exército o palácio do governo da Guanabara.”²².

É relevante comentar uma pequena notícia publicada também na capa, do dia primeiro de abril, que anuncia o encontro do proprietário do jornal, Avallone Jr., com o governador do estado de São Paulo, Adhemar de Barros. O posicionamento do governador era declaradamente contrário ao de João Goulart, tal encontro evidencia que é provável que Avallone Jr. foi, já nesse momento, se interar dos acontecimentos e buscar alianças políticas.

No dia dois de abril, a manchete foi “Meia noite: Jango ainda presidente”²³. E no dia três, já com mais clareza dos fatos e assumindo explicitamente sua posição, o jornal publica como destaque “Gaúchos renderam-se as forças da democracia!” e o corpo da matéria trazia frases como “Sem derramamento de sangue, restaurou-se a paz nacional, seriamente ameaçada.”²⁴. Logo abaixo na primeira página, encontrava-se o depoimento do general Amauri Kruel ““Queriam repetir o episódio comunista de 35””²⁵.

Por meio da leitura da cobertura jornalística do jornal Diário de Bauru dos eventos políticos nacionais de janeiro de 1964 até o início do mês de abril, pode-se concluir que o jornal dedicava espaço para fatos e declarações tanto da oposição como da situação, porém quando se posicionava explicitamente era contrário ao governo de João Goulart. Os elogios ou concordâncias ao governo de Jango publicados pelo jornal eram oriundos sempre de declarações as quais o jornal, eticamente, não omitia. Após o golpe militar, o posicionamento do periódico se torna mais explícito e é coerente com a aliança política de Avallone Jr. que, em 1965, filia-se à ARENA.

²⁰ Diário de Bauru 31/03/1964.

²¹ Diário de Bauru 01/04/1964.

²² Diário de Bauru 01/04/1964.

²³ Diário de Bauru 02/04/1964.

²⁴ Diário de Bauru 03/04/1964.

²⁵ Diário de Bauru 03/04/1964.

O outro periódico objeto da pesquisa, o *Correio da Noroeste*, foi fundado pelo jornalista e funcionário da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários da Noroeste do Brasil, José Fernandes, em 1931. Segundo o artigo de Castro e Losnak (2010), que analisa o período inicial do jornal 1931 a 1935, o impresso defendia os posicionamentos do Partido Republicano Paulista (PRP) que agregava os representantes da lavoura, assim, o público leitor do jornal era constituído, sobretudo, por pessoas ligadas à lavoura e à produção do café.

Já no seu início, o jornal incorporava o ideário de que Bauru era uma cidade a qual o progresso florescia. “A ideia de progresso, segundo o jornal, está associada a obras públicas, principalmente ligadas à infraestrutura da cidade como, por exemplo, ferrovia, rodovias, pontes e indústria.” (CASTRO e LOSNAK, 2010, p.9).

O posicionamento político do jornal em seu surgimento é válido para a análise, pois revela a tendência do impresso em exercer práticas de apoio a determinadas classes sociais e partidos que favoreçam os interesses dessa classe, o que aponta para os vínculos estreitos entre imprensa e política. Entretanto, em 1964, o impresso era propriedade de Santos & Santos Imprensa S.A, uma grande empresa de publicidade detentora de vários jornais no estado de São Paulo. O periódico encerrou suas atividades em 1968.

No período de estudo, o *Correio da Noroeste* possuía de quatro a oito páginas, que variavam de acordo com a relevância dos fatos e com a quantidade de anúncios que era grande, mas, ainda assim, menor que no *Diário de Bauru*. O *Correio* mantinha politização semelhante ao de seu início, trazia, em sua maioria, notícias relacionadas à política tanto local como estadual e nacional, além de editoriais e colunas que explicitavam o posicionamento do jornal frente às medidas do governo federal. O periódico trazia, também, matérias sobre esporte e o cotidiano da cidade, mas raramente abordava assuntos de entretenimento em colunas e notícias.

Com a leitura do veículo, pôde-se notar o envolvimento do impresso com a política nacional dos anos 1960, pois eram frequentes colunas e editoriais opinativos criticando as reformas do governo de João Goulart.

Como exemplo, o jornal costumava trazer, no início de 1964, uma coluna, na primeira página, assinada pelo diretor responsável do jornal, Oswaldo Gaspar, a qual, na maioria das vezes, analisava fatos da política local, porém, no primeiro dia de 1964, comentou sobre o cenário político nacional. A coluna recebeu o título de “Poucas esperanças” e revelava o pessimismo de Oswaldo com o governo corrente.

O Brasil se livrará de uma revolução em 1964? Dificilmente! A degradação política e social avança rapidamente para fazer a confusão (...). O comunismo, no Brasil avançou mais em 1963 do que em toda a existência do terrão descoberto pelo navegador Pedro Álvares Cabral. E sabe se infiltrar em todas as camadas sociais, nas forças militares, nas esferas políticas e, até nos meios religiosos. (...) Portanto poucas esperanças nos restam de um ano com um horizonte menos sombrio.²⁶

Pode-se afirmar que o *Correio da Noroeste* não dedicava chamativas manchetes à política nacional como o *Diário de Bauru* no período pré-golpe, e suas notícias não eram baseadas em declarações. A cobertura do cenário político nacional nesse periódico se dava, sobretudo, através da coluna de Paulínio Raphael que era publicada diariamente na segunda página.

Paulínio Raphael era declaradamente contrário à orientação ideológica do governo de João Goulart e todos os dias fazia críticas a alguma medida do presidente. Também no primeiro dia de janeiro, publicou a coluna intitulada “Paga o justo pelo pecador”²⁷ na qual se opunha ao monopólio da importação de petróleo, acordo no qual o Brasil apenas poderia comprar da Venezuela.

O que se lamenta, nesta altura é que o poder federal não se livrará da acusação de que pretende hostilizar a Venezuela, cuja orientação política louvável, é quase que diametralmente oposta a nossa e cujo comportamento diverge profundamente da nossa condenável “política independente”, que se desenvolve na direção de Cuba e não no sentido da estrita e irrestrita defesa do continente. Se tal acontecer a culpa é precisamente dos fidelistas que constituem maioria absoluta nos arrais do poder executivo.”²⁸

No dia dois de janeiro, Paulínio Raphael, alertava, em sua coluna, sobre o perigo de João Goulart dar um golpe de estado com apoio militar, por isso nomeou-a “Convenhamos que é um perigo”²⁹. No texto, Paulínio resgatava o histórico de vezes em que o Brasil passou por golpes de Estado e afirmava que “É preciso não esquecer que s. excia. (João Goulart) possui um dispositivo militar que tem revelado fidelíssimo nos seus devaneios em busca de uma República sindicalista.”³⁰. No final do texto, o jornalista concluía que caso acontecesse o golpe “(...) teremos uma campanha civilista contra a imposição de uma candidatura militar. Convenhamos que é um perigo.”³¹. Meses mais tarde, Paulínio, iria mudar de opinião com relação a uma candidatura militar.

²⁶ Correio da Noroeste 01/01/1964.

²⁷ Correio da Noroeste 01/01/1964.

²⁸ Correio da Noroeste 01/01/1964.

²⁹ Correio da Noroeste 02/01/1964.

³⁰ Correio da Noroeste 02/01/1964.

³¹ Correio da Noroeste 02/01/1964.

No dia três de janeiro, a coluna de Paulínio Rapahel recebeu o título de “As reformas e seus males”³², pois criticava algumas reformas que João Goulart estava fazendo. No dia quatro, as críticas continuaram em “Reformando para pior”³³.

Como se vê, as reformas progridem visando o pior. O Brasil teve fartura com a sua legislação vigente, a qual, não obstante os defeitos e as injustiças, ainda nos assegura uma situação econômica muito melhor do que qualquer país comunista dos que estão servindo de modelo ao governo tupiniquim.³⁴

No dia sete de janeiro, na página quatro, o *Correio* publicou um artigo assinado por Gutenberg de Campos e intitulado “A função da escola pública é preservar o Regime Democrático”³⁵ o qual criticava qualquer tipo de autoritarismo e afirmava:

As armas mais poderosas e mais eficientes contra o comunismo materialista são sem dúvida alguma a prática honesta dos ideais democráticos, o devido respeito às instituições republicanas e a inteireza absoluta na administração da coisa pública.³⁶

No final de janeiro, foi descoberto o escândalo envolvendo corrupção na Petrobrás, Paulínio Raphael dedicou algumas colunas a esse caso. No dia trinta e um de janeiro, publicou “A impunidade é o pior” na qual não condenava o fato, mas a falta de punição para os envolvidos.

O escândalo em si não é o pior, pois uma tal maroteira poderia ocorrer até numa empresa particular. Onde está o home está a fraquês (sic) onde está o dinheiro está a tentação onde está a carreira estão os carreiristas. O que deplora antecipadamente é a provável comodação (sic) da situação e a impunidade dos responsáveis, todos muitos protegidos e com cobertura sindical.³⁷

A declaração de Luiz Carlos Prestes foi outro assunto abordado por Paulínio, no dia quinze de fevereiro, o jornalista escreveu a coluna “Quando o presidente é sincero?”³⁸ na qual provocava Jango querendo saber o porquê, quando o embaixador americano, Lincon Gordon, considerou o governo de João Goulart com intenções comunistas, o presidente se irritou e, naquele momento, Luiz Carlos Prestes afirmou que os comunistas estavam no poder, mas o presidente não fez nenhum pronunciamento negando.

Outro aspecto contemplado tanto na coluna de Paulínio como nas notícias era a questão da sucessão presidencial. No dia quinze de março, foi publicada a manchete: “Na luta contra o comunismo Adhemar³⁹ apoiaria Lacerda”⁴⁰.

³² Correio da Noroeste 03/01/1964.

³³ Correio da Noroeste 04/01/1964.

³⁴ Correio da Noroeste 04/01/1964.

³⁵ Correio da Noroeste 07/01/1964.

³⁶ Correio da Noroeste 07/01/1964.

³⁷ Correio da Noroeste 31/01/1964.

³⁸ Correio da Noroeste 15/02/1964.

³⁹ Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo.

A cobertura jornalística dos primeiros dias do golpe militar foi do mesmo modo que o *Diário de Bauru*, confusa, pela falta de informações claras sobre o que estava se passando. Em primeiro de abril, o *Correio* publicou “Notícias contraditórias em termo do movimento de tropas em Minas”⁴¹. Apenas no dia três de abril, o jornal, inteirado do golpe, se posicionou. A manchete principal foi “Solidariedade da Câmara aos chefes militares”⁴² e no texto da notícia, um trecho do documento emitido pela Câmara Municipal “(...) irrestrita solidariedade aos bravos Chefes Militares que desfraldaram a Bandeira da Liberdade em plena consonância com os governadores de diversos Estados.”⁴³

Em sua coluna nomeada “O que todos esperam”⁴⁴, Paulínio Raphael saudou o novo governo “Hoje, mercê de Deus, o Brasil está em condições de marchar para a frente, em ordem e disciplina (...)”⁴⁵

Por meio da leitura da cobertura jornalística do período de janeiro a abril do *Correio da Noroeste*, pode-se concluir que o periódico, desde o início, explicitou seu posicionamento contrário ao governo de João Goulart e não dedicava espaço para noticiar suas as medidas e seus os pronunciamentos.

Considerações Finais

Avaliando a atuação dos dois impressos, *Diário de Bauru* e *Correio da Noroeste*, pode-se afirmar que a imprensa bauruense corroborou com a preparação do golpe, apontando-o como possibilidades e necessidade, legitimando-o para população local, assumindo postura semelhante à grande imprensa nas principais capitais brasileiras e ampliando o discurso do pensamento conservador e elitista. A pesquisa permite também perceber que alguns jornalistas dos dois periódicos foram agentes de defesa e propagação do discurso autoritário e sintonizado à ideologia da guerra fria.

Referências bibliográficas

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005.

AQUINO, M. A. de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano, da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

⁴⁰ *Correio da Noroeste* 15/03/1964.

⁴¹ *Correio da Noroeste* 01/04/1964.

⁴² *Correio da Noroeste* 03/04/1964.

⁴³ *Correio da Noroeste* 03/04/1964.

⁴⁴ *Correio da Noroeste* 03/04/1964.

⁴⁵ *Correio da Noroeste* 03/04/1964.

BANDEIRA, L. A. M. **O Governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7.ed. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Edit. UNB, 2001.

CASTRO, F. S. C. de; LOSNAK, C. J. Cidade e Imprensa Pelas Folhas do Correio da Noroeste, 1930-1935. In: **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2010. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/sis/2010/resumos/R5-1958-1.pdf>>. Acesso em: 04 de abril de 2013.

D'ARAUJO, M. C. et al. (Orgs.). **Visões do Golpe**. A Memória Militar Sobre 1964. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

LOSNAK, C. J. Ardis da memória: vieses da trajetória política de O Estado e S. Paulo no pós-64. In: CARDOSO, C. M. (Org.). **Humanidades em Comunicação**: um diálogo multidisciplinar. Bauru: UNESP/Faac; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

LOSNAK, C. J. **Polifonia Urbana**: Imagens e representações. Bauru: EDUSC, 2004.

LUCA, T. R. de; MARTINS, A. L. (Orgs.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SKIDMORE, T. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, A. M. **Um Acordo Forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, N. W. **A História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.